



MONETARISTAS X PAPELISTAS: MODELOS ECONÔMICOS IMPORTADOS E INAPLICÁVEIS AO BRASIL DA TRANSIÇÃO REPUBLICANA

Daniel Henrique Rocha de Sousa

Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais

daniel.sousa@ibmecrj.br

Resumo:

O presente artigo traz à discussão a insistência histórica brasileira em reproduzir modelos econômico-monetários importados, que foram construídos para uma realidade diferente e que não levaram em conta, ao longo de sua construção, as devidas especificidades econômicas, sociais e históricas, demonstrando sua clara inaplicabilidade na economia brasileira. Infelizmente, observa-se que esse padrão de comportamento não se encontra em absoluto abandonado, embora sejam observados relevantes avanços ao longo dos séculos XX e XXI com o intuito de respeitar e conhecer as especificidades do país. Foi escolhido como recorte temporal o período da transição republicana, onde se digladiavam, apaixonadamente, defensores de um Brasil metalista (seguindo uma linha ortodoxa) contra os que queriam um Brasil papelista (seguindo uma linha heterodoxa). Observam-se na gestão pública subperíodos de predominância de uma ortodoxia econômica e outros de primazia heterodoxa. Em ambos os casos, os resultados econômicos não foram os esperados e o artigo identifica alguns dos elementos desprezados pelas duas correntes que deveriam ter sido considerados, pois descolam os resultados previstos pelas teorias dos efeitos reais sobre a economia brasileira. Ao final desse artigo, demonstra-se que os modelos adotados eram inadequados e que o país deve cada vez mais estudar e conhecer sua própria realidade para buscar um caminho de desenvolvimento que explore suas fortalezas e mitigue suas fraquezas.

Palavras-chave: História econômica; pensamento econômico brasileiro; Brasil; Desenvolvimento

Abstract:

This paper discusses the Brazilian historical insistence on play economic models monetary imported, hich were built to a reality different and did not take into account, throughout its construction, due specific economic, social and historical, demonstrating its clear inapplicability in the economy Brazilian. Unfortunately, it was observed that this pattern of behavior is not found in abandoned absolute, although observed relevant advances over the centuries XX and XXI in order to respect and to know the specificities of the country. It was chosen as the time frame Republican period of transition, where if digladiavam passionately advocates of a metallist Brazil (Following an orthodox line) against those who wanted a Brazil papelista (following a heterodox line). Watch yourself in public administration sub-periods of predominance of orthodoxy economic and other priority heterodox. In both cases, economic results were not expected and the article identifies some the despised by the two elements currents that should have been considered as the Take Off results predicted by the theories of real effects on the economy Brazilian. At the end of this article, it is shown that the models adopted were inadequate and that the country should ever more study and know your own reality to seek a way development to explore their strengths and mitigate weaknesses.

Keywords: Economic History; Brazilian economic thought; Brazil; Development.

1. Introdução

O desenvolvimento é um desafio permanente da sociedade brasileira. Gerar crescimento, melhorar a distribuição de renda e ampliar o bem-estar dos brasileiros deve estar sempre no centro das preocupações das políticas públicas aplicadas na área econômica. Não obstante, parece inegável que ao longo da história do Brasil houve a aplicação de modelos econômicos estrangeiros, que foram construídos para uma realidade diferente, sem levar em conta, ao longo de sua construção, as devidas especificidades econômicas, sociais e históricas do Brasil. Buarque de Holanda (1979)¹ já reconhecia nos anos 1930 a tentativa de implantação de uma cultura europeia no país como fato dominante e rico em consequências.

Esse deste artigo procura trazer à discussão a insistência brasileira em reproduzir tais padrões de desenvolvimento estrangeiros, demonstrando sua clara inaplicabilidade na economia brasileira. Será utilizando como objeto de análise e exemplificação o período da transição republicana e o debate monetário então em curso. Serão apontados alguns elementos brasileiros desprezados pelos dois principais modelos econômico-monetários do período (*papelismo* e *metalismo*), assim como será feita uma análise sobre insucesso de tais políticas no que tange a seus principais objetivos iniciais.

Diante de inúmeras possibilidades de uso, cabe definir o conceito de desenvolvimento econômico, que será central ao longo desse ensaio. Sandroni (1994)² considera desenvolvimento econômico como crescimento do PIB com melhorias do nível de vida dos cidadãos. Por outro lado, Souza (1993)³ apresenta duas linhas de pensamento econômico sobre o conceito: a 1ª considera crescimento do PIB como sinônimo de desenvolvimento, enquanto a 2ª coloca o crescimento como condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento. Para fins de fundamentação teórica, esse artigo considera essa última conceituação.

Nas duas próximas seções desse artigo, serão analisadas as duas principais correntes estrangeiras de desenvolvimento econômico que influenciavam o Brasil ao longo da transição republicana. A controvérsia entre elas não foge, à primeira vista,

¹ BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1979.

² SANDRONI, Paulo. Dicionário de economia. São Paulo: Atlas, 1994.

³ SOUZA, Nali de Jesus. Desenvolvimento econômico. São Paulo: Atlas, 1993.

da polaridade entre ortodoxia e heterodoxia, mais precisamente entre *bullionists* e *anti-bullionists*, observadas em países europeus no século XIX. Schumpeter (1954)⁴ defende que é possível demarcar “*dois grupos ou partidos opostos e bem definidos*” fazendo referências as duas correntes supracitadas.

Na seção de número 4 desse artigo, serão apontadas e analisadas algumas especificidades da realidade econômica, social e histórica do Brasil presentes no país na transição republicana que descolaram os resultados previstos nos modelos econômicos tradicionais com os atingidos ao longo do período. Weber (1954)⁵ cria um “tipo ideal” de capitalismo, que sem dúvida alguma está bem distante do apresentado pelo Brasil, em especial ao longo do período destrinchado nesse estudo.

Na seção de número 5, após a análise de elementos brasileiros desprezados pelas teorias em suas concepções originais, serão esmiuçados os descolamentos entre os resultados previstos nas teorias com os atingidos ao longo do período da transição republicana.

2. Metalismo e a estratégia ortodoxa de desenvolvimento

A natureza teórica do metalismo remonta autores como David Hume e David Ricardo que desempenharam um papel fundamental na controvérsia monetária inglesa durante o início do século XIX. Tais autores tornaram-se referência para os metalistas brasileiros durante o período do império e da primeira república. Essa linha de pensamento defendia um sistema monetário global organizado de acordo com os pilares do padrão-ouro. O ouro era visto como o único padrão monetário consagrado e universalmente aceito e o papel-moeda em circulação, idealmente, seria apenas um certificado de depósito conversível em metal junto ao banco emissor. Diante de um cenário em que vários países adotam a convenção do Padrão-ouro, as taxas de câmbio entre eles se tornavam fixas e refletiriam as respectivas paridades de conversão das moedas nacionais com o ouro.

A teoria metalista é bem simples: com uma oferta de metal restrita a novas jazidas de ouro, a expansão de papel-moeda ficaria restringida, o que eliminaria a possibilidade de um comportamento “*oportunista*” por parte dos governos que

⁴ SCHUMPETER, Joseph. História da análise econômica. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1954.

⁵ WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira Editora, 1987.

emitiriam papel-moeda para financiamento do excesso de gasto público, desestabilizando o ambiente econômico via aumento da inflação. Com estabilidade na oferta de numerário, haveria estabilidade de preços, melhora no ambiente de negócios, ampliação da concorrência (visto que a estabilidade de preços facilita sua comparação pelos consumidores), expansão de investimentos e de novos negócios (visto que a estabilidade de preços facilita a previsão de rentabilidade dos novos empreendimentos). Destaca-se que tal teoria só se sustenta dentro de uma racionalidade onde a moeda é considerada neutra, ou seja, variações na oferta de moeda não teriam nenhum impacto sobre a economia senão variações proporcionais sobre os níveis de preços. Hume ilustra isso dizendo:

O dinheiro não é nada além da representação do trabalho e dos produtos de uma economia, servindo somente como um método da avaliação ou de mensuração. Onde a moeda se encontra em maior abundância, maior a quantidade que se exige dela para representar a mesma quantidade de bens, não podendo ter efeito algum, bom ou mau, além de simplesmente alterar a escrita dos comerciantes.

Hume (1952)⁶

A bem da verdade, o padrão-ouro (modelo financeiro internacional ideal para os metalistas) não entregou todas as suas promessas iniciais para o sistema global e criou problemas, como por exemplo:

- (i) O controle no acesso as jazidas de ouro africanas pelos ingleses e holandeses permitiu que esses forçassem as taxas de câmbio para patamares a eles favoráveis, ou seja, o padrão não era regulado apenas pelo mercado como alardeado preteritamente;
- (ii) A tendência ao equilíbrio comercial entre as nações também não se verificou. Países como o Reino Unido, mantinham sua competitividade apesar dos superávits em suas contas externas. Tais superávits forçariam a troca de metal (vindo do exterior) por papel-moeda gerando inflação e perda de competitividade, mas os incrementos tecnológicos reduziram custos e os mantiveram superavitários;
- (iii) Como a oferta de metal não se expandia na mesma velocidade que a necessidade de papel-moeda para os novos negócios, formou-se uma

⁶ HUME, David. Of interest. In: Miller, E. F. Essays, moral, political and literary. Indianapolis: Liberty Classics, 1952.

lógica de jogo de soma zero (para enriquecer tenho que empobrecer alguém). Dentro de um cenário como esse, a disputa por mercados e colônias se torna mais violenta (empobrecer a colônia para enriquecer a metrópole), o que contribuiu para a eclosão da 1ª guerra mundial.

A linha metalista de pensamento econômico norteou a gestão da economia brasileira em diversos momentos, como nos anos 1880, sem levar em conta as devidas especificidades econômicas, sociais e históricas do Brasil. Os resultados dessa combinação serão analisados em seção posterior desse artigo.

3. Papelismo e a estratégia heterodoxa de desenvolvimento

A natureza teórica do papelismo (*anti-bullionists*) remonta autores como Thomas Tooke para quem o montante de numerário não seria a causa, mas consequência dos preços e a Thomas Perronet Thompson que defendia a inconvertibilidade do papel-moeda em metal. Essa linha de pensamento baseia-se na defesa da moeda fiduciária, ou a moeda-papel sem qualquer lastro. Alguns menos radicais admitiam um lastro em títulos públicos como foi feito no período do encilhamento brasileiro. Defendia-se a liberdade de emissão sem convertibilidade para atender as necessidades do mercado e, com isto, evitar ou minimizar os efeitos das flutuações econômicas e das crises de liquidez, mas sem esquecer-se de apontar para precauções que a autoridade monetária deveria ter para evitar a inflação excessiva.

No Brasil, durante as décadas anteriores a transição republicana, sobram críticas e análises contra o esforço de se estabelecer uma moeda nacional conversível em ouro e, por conseguinte, uma defesa da estratégia papelista. O Barão de Mauá defendia, desde meados do século XIX, o “requisito da elasticidade” (Caldeira, 1995)⁷, onde a oferta de moeda deveria ser flexível ou elástica para não interferir nas atividades produtivas. Já Prado afirma:

A tentativa contínua de estabelecer uma moeda conversível, sustentada em uma firme reserva de ouro, em uma sociedade periférica e pouco monetizada não era apenas impossível de ser obtida, mas reduzia enormemente as

⁷ CALDEIRA, Jorge. Mauá: empresário do Império, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

oportunidades de investimento produtivo.

Prado (1987)⁸

A visão papalista advogava que a política econômica deveria estar focada na taxa de juros, que seria elemento determinante a incentivar o surgimento de novos negócios. Representa uma precoce heterodoxia e não há dúvida que essa corrente de pensamento se aproxima, em alguns aspectos, do futuro pensamento keynesiano. A política monetária, idealmente, deve estar subordinada ao crescimento que é variável central dentro de uma economia. Aumentar a oferta de moeda sem lastro seria uma eficaz estratégia para ampliar a demanda por bens e serviços, estimular a produção, a demanda por trabalho, os salários, o crescimento econômico, o desenvolvimento, distribuindo melhor a renda e ampliando o bem-estar da sociedade coletivamente.

A bem da verdade, o papelismo (modelo financeiro internacional ideal para os metalistas) também não entregou todas as suas promessas iniciais e criou problemas, como por exemplo:

(i) O emissionismo sem lastro gerou descontrole inflacionário, o que concentrou renda e atrapalhou o surgimento de novos negócios e o crescimento;

(ii) O emissionismo sem lastro gerou desvalorização cambial, o que prejudicava o coletivo de sociedades (via aumento da inflação) como a brasileira e privilegiava a elite agroexportadora, no que Furtado (1987)⁹ define como “*socialização das perdas*”;

(iii) O emissionismo sem lastro gerou especulação financeira, gerando espaço para alta instabilidade econômica e crises financeiras como, por exemplo, o “*crack*” da bolsa de valores do Rio de Janeiro de 1891/92.

A linha papalista de pensamento econômico que norteou a gestão da economia brasileira em momentos alternativos ao metalismo, como nos anos 1890, sem levar em conta as devidas especificidades econômicas, sociais e históricas do Brasil. Os resultados dessa combinação serão analisados em seção posterior desse artigo.

4. Especificidades da realidade econômica, social e histórica do Brasil desconsideradas nos modelos estrangeiros

⁸ PRADO Jr., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

⁹ FURTADO, Celso. FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

4.1 A herança escravista

Os impactos negativos da herança escravista para as formações nacionais no Caribe e na América Latina são bastante explorados por autores clássicos como Prado (1987)¹⁰ e Williams (1994)¹¹. As convergências entre as perspectivas de Williams e Prado Jr são aquilatadas em diversos trabalhos posteriores como o de Canabrava (1971)¹².

Em um trabalho inovador, Slenes (2005)¹³ traz a luz uma inflexão dentro da bibliografia tradicional onde afirma: *“a substituição de uma visão ‘economicista’, segundo a qual o escravismo definha com o surgimento do capitalismo, por outra ‘política’; economicamente vigoroso, o escravismo é agora destruído por uma luta entre sujeitos historicamente constituídos”*. Esse artigo utiliza esse ponto como referencial para explorar a presente seção. Efetivamente o escravismo não definha com o surgimento do capitalismo e sim forma no Brasil um capitalismo com pilares distorcidos da concepção original desse citado sistema o que contribui para entender a inaplicabilidade de modelos econômicos estrangeiro no Brasil da transição republicana, uma vez que até mesmo com a escravidão abolida as distorções ainda resistem.

Weber (1987)¹⁴ demonstra o papel da ética protestante dentro da formação do sistema capitalista. Ética essa que valoriza de forma intensa o trabalho como fonte de enriquecimento, ascensão social e até purificação da alma. Poucas coisas podem ser mais distantes desse ideal do que a sociedade brasileira da transição republicana com sua lógica escravocrata. Sociedade que considera o trabalho, especialmente o braçal, como algo *“menor”* e *“indigno”*. Sociedade que não visualiza no trabalho uma forma de ascensão social e sim realizá-la através de benesses e monopólios concedidos pelo Estado.

¹⁰ PRADO Jr., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

¹¹ WILLIAMS, Eric. Capitalism & Slavery. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1994.

¹² CANABRAVA, Alice. A grande lavoura. História Econômica: estudos e perspectivas. São Paulo: ABPHE-Hucitec-Ed.Unesp, 2005.

¹³ SLENES, Robert. O escravismo por um fio? In: Flávio dos Santos Gomes A Hidra e os Pântanos. Mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX). São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

¹⁴ WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira Editora, 1987.

A herança escravista criou um hiato entre o capitalismo “*ideal*” Weberiano e o capitalismo com mentalidade escravocrata do Brasil da transição republicana. Observa-se no Brasil uma ânsia de prosperidade sem custo, de títulos honoríficos, de posições e riquezas fáceis, tão notoriamente característica da gente de terra brasileira, não é bem uma das manifestações mais cruas do espírito de aventura previstos no capitalismo original. Esse comportamento de aversão à aventura é observado, especialmente, junto àqueles capitalistas que possuem grande acumulação primitiva de capital e que em um capitalismo Weberiano “*ideal*” deveriam impulsionar a economia com o surgimento de novos negócios. Adicionalmente, os que se “aventuram” exigem lucros muito acima dos que observados em economias centrais, por considerarem o ambiente demasiadamente imprevisível.

Dentro do cenário descrito, o sistema de incentivos capitalista fica distorcido e forma-se uma lógica de exploração de classes menos favorecidas em substituição ao esforço pessoal como elemento de ascensão social. O trabalho, considerado por Weber (1987)¹⁵ elemento de sustentação e formatação do capitalismo, encontra-se no Brasil da transição republicana distorcido e distanciado da concepção original dos modelos econômicos. A maneira como esse fator, entre outros, contribuiu para a inaplicabilidade de modelos estrangeiros na economia brasileira, será objeto de análise da última seção desse artigo.

4.2 A desconfiança em relação ao lucro

O papel do lucro é central dentro de um sistema capitalista. Smith (1988)¹⁶ aponta o lucro como “*veículo do crescimento*” e “*causa de riqueza das nações*”, uma vez que “*Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro e do padeiro que esperamos o nosso jantar, mas da consideração que ele têm pelos próprios interesse*”. Já Hobsbawm (1988)¹⁷ argumenta que ele é a chave para se compreender a chamada “*Grande Depressão*” (1873-1896), uma vez que essa deveria ser conceituada não como um período de retração no volume global da produção industrial e agrícola, mas sim de queda “*na sua lucratividade*”, que teve na

¹⁵ WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira Editora, 1987.

¹⁶ SMITH, Adam. A Riqueza das Nações, volume I. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

¹⁷ HOBSBAWM, Eric. A Era dos Impérios 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

agricultura “*a vítima mais espetacular do declínio dos lucros*”. Independentemente da linha de pensamento escolhida, seja ela mais liberal ou Marxista, a centralidade do lucro no sistema capitalista é tangível.

Weber (1987)¹⁸ demonstra que os agentes econômicos frente às tradições da igreja católica eram, na melhor das hipóteses, eticamente indiferentes ao lucro. O lucro era tolerado, mas mesmo assim, por conta do contínuo perigo de conflito com a doutrina da igreja, algo perigoso para a salvação. Fortunas consideráveis, após a morte de seus proprietários, eram transferidas para as instituições religiosas como dívida de consciência, e por vezes até retornavam como usura aos devedores anteriores, de quem tinha sido cobrada injustamente.

Benjamin Franklin, “*founding father*” dos EUA, foi tomado como referencial por Weber (1987)¹⁹ para a formação desse “*espírito do capitalismo*” sob uma “*ética protestante*”. Ao ser questionado sobre o porquê deve-se fazer dinheiro à custa dos homens, Franklin (1963)²⁰, embora não fosse um deísta convicto, responde em sua autobiografia com uma citação da Bíblia que lhe fora transmitida pelo pai, um rígido calvinista, em sua infância: “*Vês um homem diligente em seus afazeres? Ele estará acima dos reis*” (Provérbios 22; 29). O ganho de dinheiro e o enriquecimento são, desde que feitos legalmente, resultado e expressão da virtude e da eficiência em caminho de retidão e benção do altíssimo.

Em trabalho bem mais recente, Spenkuch (2010)²¹ fez uma ratificação dos argumento de Weberianos através de um trabalho que realizou uma sobreposição do mapa alemão atual com o mesmo mapa em 1555 durante a paz de Augsburg, que permitiu a cada príncipe e duque alemão (eram mais de 1000) escolher livremente a religião que seria praticada em seu território. Caso uma família católica vivesse em um território onde o príncipe optou pelo protestantismo, a paz permitia a livre migração para uma região católica, e vice-versa. Com isso, a Alemanha virou uma colcha de retalhos com o catolicismo mais popular no sudeste e noroeste do país, enquanto o protestantismo ficou mais popular no centro e nordeste do país. Outras regiões apresentaram densas misturas. Após aproximadamente 460 anos, Spenkuch

¹⁸ WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira Editora, 1987.

¹⁹ Idem ao anterior.

²⁰ FRANKLIN, Benjamin. Autobiografia. Clássicos da Democracia. São Paulo: Editora Ibrasa, 1963.

²¹ SPENKUCH, Jörg. The Protestant Ethic and Work: Micro Evidence from Contemporary Germany. Chicago: University of Chicago, 2010.

observou que o mapa religioso alemão permanecia bastante intacto, com regiões católicas ainda católicas e regiões protestantes ainda protestantes (ressalva feita a antiga Alemanha Oriental onde avançou muito o ateísmo). Adicionalmente, constatou que os habitantes das regiões protestantes tem renda superior a dos moradores de regiões católicas²². Segundo Spenkuch (2010)²³ três fatores explicariam essa diferença:

- (i) Protestantes tendem a trabalhar mais horas por semana que os católicos;
- (ii) Protestantes são mais propensos ao empreendedorismo e a busca do lucro;
- (iii) Mulheres protestantes são mais propensas a trabalhar em regime integral.

O Brasil não teve um Benjamin Franklin ou formação protestante. Esse tipo de ética não teve qualquer tipo de penetração relevante na mentalidade brasileira da transição republicana. Existia sim uma “culpa” associada ao lucro e ao enriquecimento. Embora invejado, o enriquecimento é visto pela sociedade como resultado de alguma forma de exploração dos mais pobres ou resultado de algum privilégio herdado por nascimento ou recebido do Estado e não faltavam exemplos para ilustrar situações como essas. A desconfiança em relação ao lucro cria um hiato entre o capitalismo “ideal” Weberiano e o capitalismo brasileiro da transição republicana. Observa-se no Brasil uma ânsia de prosperidade, mas a desconfiança em relação ao mesmo criou elemento de distorção no pilar fundamental do capitalismo. A maneira como esse, entre outros, fatores contribuiu para a inaplicabilidade de modelos estrangeiros na economia brasileira será objeto de análise da última seção desse artigo.

4.3 Renda concentrada e irregular expansão da capacidade produtiva

²² Em defesa dos Católicos, Spenkuch apresentou levantamento demonstrando que os protestantes foram duas vezes mais propensos a votar no partido Nazista que os seguidores da religião romana.

²³ SPENKUCH, Jörg. The Protestant Ethic and Work: Micro Evidence from Contemporary Germany. Chicago: University of Chicago, 2010.

Furtado (1987)²⁴ analisou de forma inovadora e demonstrou que as estruturas de oferta e demanda agregada comportavam-se de forma divergente no Brasil quando comparadas aos países do centro. Weber (1987)²⁵ “*pega emprestada*” a tipografia de propriedade da família de Benjamin Franklin para fazer referência a uma empresa “*ideal*” dirigida por empreendedores particulares utilizando capital para obter lucro, comprando os meios de produção e vendendo produtos. Esses empreendimentos eram vistos por ele como a própria capacidade de expansão dos fatores de produção e do crescimento econômico. Ao longo desse trabalho, pode-se observar que esse ideal encontrava-se distante da realidade econômica brasileira na transição republicana.

Furtado (1987)²⁶ destaca que a composição da demanda agregada brasileira refletia as estruturas de propriedade e renda concentradas e predeterminava a evolução da composição da oferta. Claramente, era utilizado o preceito Keynesiano de que a demanda efetiva por bens e serviços estimulava o emprego de fatores produção e o crescimento econômico. Com uma renda concentrada, o mercado consumidor relevante e com capacidade de consumo limitava-se a um percentual reduzido da população. Com um mercado reduzido, os produtores nacionais não encontravam incentivos para desenvolver novos negócios, expandir a produção e gerar crescimento. Adicionalmente, como uma escala produtiva tão reduzida, as economias de escala (que geram reduções de custos e preços) apresentadas em países centrais não se verificavam no Brasil.

O investimento (em novos negócios – responsável pela expansão da oferta agregada) simplesmente reproduzia o padrão tecnológico dos países centrais, exigente em escala e intensivo em capital. Nos países do centro, a elevação da produtividade era transmitida via maiores salários, mas no Brasil a oferta quase ilimitada de mão de obra não qualificada impedia que isso ocorresse, uma vez que a contratação de trabalhadores podia ser feita de forma contínua sem empurrar os salários para cima em função de um eventual escasseamento da mão-de-obra disponível para ser empregada. Adicionalmente, observa-se que não se reproduzia na periferia o círculo virtuoso entre salários e investimentos, a tendência era à

²⁴ FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

²⁵ WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira Editora, 1987.

²⁶ Idem ao anterior.

preservação do subemprego e à concentração da renda.

Em macroeconomia, PIB é dado pela igualdade entre demanda e oferta agregada, ou seja, não há crescimento da renda nacional (PIB) com expansão da demanda ou da oferta agregada, isoladamente. Como não se observava uma expansão normal desses agregados no país, infere-se que a aplicação de modelos de crescimento econômico estrangeiros no país resultaria em resultados diversos dos originalmente previstos pela teoria. A maneira como esse, entre outros, fatores contribuiu para a inaplicabilidade de modelos estrangeiros na economia brasileira será objeto de análise da seção final artigo.

5. Descolamentos entre os resultados previstos nas teorias e os atingidos ao longo do período da transição republicana

5.1 A inaplicabilidade do metalismo no Brasil dos anos 1880

O período do segundo reinado é conhecido dentro da historiografia econômica como marcadamente conservador e alinhado, ideologicamente, a visão econômica metalista (ortodoxa). Segundo Furtado (1987)²⁷, isso seria especialmente válido para os anos 1880, pois *“a política monetária dos anos oitenta, traumatizada pela miragem da conversibilidade, por um lado, conduzia a um grande aumento da dívida externa e, por outro, mantivera o sistema econômico em regime permanente escassez de meio de pagamento”*. A escassez de meios de pagamento do período em análise pode ser ilustrada pela reduzidíssima expansão monetária ocorrida durante o Impérios, mesmo nos anos finais do regime.

A política monetária dos anos 1880 foi operada com base nos princípios do padrão-ouro, ou seja, a oferta monetária era composta por notas livremente conversíveis em ouro pela paridade estabelecida em 1846 que era de 27 pence de libra por mil-réis. Como o país era, notadamente, um exportador de ouro (enviava o metal para os países com os quais era deficitário) em função de uma tendência ao déficit comercial, surgia à necessidade de suspensão da conversibilidade até que houvesse o reestabelecimentos das reservas em metal. Tal dinâmica mantinha o país com uma

²⁷ FURTADO, Celso. FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

crônica carestia de numerário, o que desincentivava o surgimento de novos negócios, diminuía o número de trocas e mantinha regiões afastadas da corte e das poucas grandes aglomerações urbanas adotando, de forma não exatamente excepcional, práticas de escambo.

Com o estoque e papel moeda estável e a impossibilidade de emitir moeda sem lastro, o constante déficit do governo podia ser coberto apenas com endividamento do império. Adicionalmente, para ampliar as reservas de ouro, o governo imperial recorreu em diversas ocasiões a empréstimos externos junto a bancos privados estrangeiros, notadamente o londrino *Rothschild Bank*. A dívida pública interna que era de aproximadamente 407 mil contos de reis em 1881, saltou para aproximadamente 444 mil contos de reis em 1888. Já a dívida externa que era de aproximadamente 16,5 milhões de libras em 1880, saltou para 28,6 milhões de libras em 1888²⁸.

O padrão-ouro prometia que com uma oferta de papel-moeda restrita ao lastro proporcionado pelas reservas em metal, seria eliminada a possibilidade de um comportamento “*oportunista*” por parte dos governos em emitir papel-moeda para financiamento do excesso de gasto público desestabilizando o ambiente econômico. Com estabilidade na oferta de numerário, haveria estabilidade de preços, melhora no ambiente de negócios, ampliação da concorrência (visto que a estabilidade de preços facilita a comparação de preços), expansão de investimentos e novos negócios (visto que a estabilidade de preços facilita a previsão de rentabilidade de novos negócios). Nada mais distante do que se verifica na economia brasileira nos anos 1880. Verifica-se um Brasil com problemas graves para crescer, com um número de trocas limitadíssimo, ausência de canais de financiamento à produção, grave instabilidade financeira, aumento do endividamento interno e externo do império.

Entretanto, não se pode apontar a teoria metalista como inverossímil ou incorreta, mas apenas como tendo sido construída para economias com uma realidade absolutamente divergente e inaplicável em sua concepção original na economia brasileira.

5.2 A inaplicabilidade do papelismo no Brasil dos anos 1890

²⁸ Idem ao anterior.

Na tarde de 15 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca recebeu a visita dos diretores dos principais bancos instalados no Rio de Janeiro. A visita teve o propósito de rogar a Deodoro que *“tomasse medidas de forma a preservar suas caixas e reservas de qualquer violência”*²⁹ e uma posição do governo provisório não tardou em surgir e foi divulgada no primeiro documento do novo governo onde se lê: *“o governo provisório reconhece e acata os compromissos nacionais contraídos no regime anterior, os tratados com as potências estrangeiras, a dívida interna e externa, contratos vigentes e mais obrigações legalmente estatuídas”*³⁰.

Os novos tempos na economia, depois da ruptura do sistema político, se materializam em 17 de janeiro de 1890 com a publicação de uma reforma radical na organização bancária e monetária. O decreto reformador previa a formação de bancos emissores de papel-moeda com lastro na dívida pública e não em ouro, portanto está caracterizado de fato a inconversibilidade do papel moeda brasileiro em metal. Rui Barbosa chega a aderir formalmente aos *anti-bullionists* em discurso de 3 de novembro de 1891 onde afirma que não há ou deve existir vinculação entre o preço do ouro e as variações na oferta de moeda e que o foco da política monetária deve caminhar na direção da taxa de juros a fim de propiciar uma expansão nos novos negócios.

Com a ampliação da oferta de papel-moeda, a política monetária dos anos 1890 (até 1898 com a ascensão de Campos Sales) foi operada com base nos princípios do papelismo, ou seja, a oferta monetária foi ampliada, via crédito pelos bancos autorizados a emitir, por notas inconversíveis em ouro. Diante do emissionismo, *“a reação do “mercado” a tudo isso foi de absoluto deslumbramento. A euforia na bolsa, que já vinha de antes, ganhou renovado impulso: de pouco mais de 90 companhias listadas no início de 1888, passou-se a cerca de 450 em meados de 1891, às vésperas da débâcle”*³¹.

Com o estoque e papel moeda em expansão e a possibilidade de emitir moeda sem lastro, o constante déficit do governo nos anos 1890 podia ser coberto pela sua

²⁹ LECLERC, Max. Lettres du Brésil. Paris: Nourrit, 1890.

³⁰ ABRANCHES, Dunshee. Actas e Actos do Governo Provisório. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

³¹ FRANCO, Gustavo; LAGO, Luiz. A Economia da República Velha, 1889-1930. Rio de Janeiro: Textos para discussão número 588, Departamento de Economia da PUC, 2011.

simples emissão de moeda sem lastro em metal. Esse comportamento gerou uma forte pressão inflacionária que contribuía para desvalorizar o mil-réis (mais mil-réis em circulação geravam uma tendência a sua desvalorização). Adicionalmente, a desvalorização do mil-réis, beneficiava apenas a elite agroexportadora que passava a receber mais mil-réis por cada libra oriunda das vendas de café ao exterior. Por outro lado, o restante da população era penalizado por um aumento ainda maior da inflação (já pressionada). Afinal, a sociedade brasileira, importadora de praticamente tudo, via-se obrigada a desembolsar mais mil-réis para pagar por cada libra dos gêneros de 1ª necessidade importados. Segundo Stein (1957)³², são muitos os relatos de “negócios impossíveis” que conseguem captar recursos e sequer saem do papel.

A visão papelista prometia que a política econômica não ortodoxa seria um elemento determinante a incentivar o surgimento de novos negócios. Representa uma precoce heterodoxia e não há dúvida que essa corrente de pensamento se aproxima, em alguns aspectos, do futuro pensamento keynesiano. A política monetária, idealmente, deve estar subordinada ao crescimento que é variável central dentro de uma economia. Aumentar a oferta de moeda sem lastro seria uma eficaz estratégia para ampliar a demanda por bens e serviços, estimulando a produção, o crescimento econômico e o desenvolvimento. Nada mais distante do que se verifica na economia brasileira nos anos 1890. Verifica-se um Brasil com problemas graves de inflação, concentração de renda, desequilíbrio fiscal, aumento do endividamento interno e externo do governo.

Entretanto, não se pode apontar a teoria do papelismo como inverossímil ou incorreta, mas apenas como tendo sido construída para economias com uma realidade absolutamente divergente e inaplicável em sua concepção original na economia brasileira.

6. Conclusão

Ao final desse artigo, pode-se concluir que o período da transição republicana se enquadra dentro da insistência histórica brasileira em reproduzir modelos econômicos estrangeiros, que foram construídos para uma realidade diferente e que

³² STEIN, Johan, *The Brazilian Cotton Manufacture 1850-1950*. Cambridge: Harvard University Press, 1957.

não levaram em conta na sua construção as devidas especificidades econômicas, sociais e históricas do Brasil. Infelizmente, ratifica-se que esse padrão de comportamento não se encontra em absoluto abandonado, embora sejam observados relevantes avanços ao longo dos séculos XX e XXI com o intuito de respeitar e conhecer as especificidades do país.

A validade ou não das teorias metalista e papelista, enquanto conceito teórico não pode ser realizada com base na economia brasileira durante a transição republicana. Não há como apontar se as teorias são inverossímeis ou incorretas, mas apenas como tendo sido construídas para economias com uma realidade absolutamente divergente e inaplicável com sua concepção original na economia brasileira. Ao longo do texto foram explorados elementos capazes de descolar os resultados previstos na teoria do impacto real. A herança escravista, a desconfiança em relação ao lucro, a renda concentrada e a irregularidade da expansão da capacidade produtiva não esgotam os elementos não previstos nas teorias originalmente, mas trazem à discussão e abrem espaço para o início de um estudo que deve ser feito com vistas a evitar que tais equívocos se repitam.

O desenvolvimento é um desafio permanente da sociedade brasileira. Gerar crescimento, melhorar a distribuição de renda e ampliar o bem-estar dos brasileiros deve estar sempre no centro das preocupações das políticas públicas aplicadas na área econômica e que o país deve cada vez mais estudar e conhecer sua própria realidade para buscar um caminho de desenvolvimento que explore suas fortalezas e mitigue suas fraquezas. A aplicação de modelos de desenvolvimento próprios é fundamental dentro desse processo.

7. Bibliografia

ABRANCHES, Dunshee. *Actas e Actos do Governo Provisório*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

ABREU, Marcelo, (org.), *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

BARBOSA, Rui. *O papel e a baixa do câmbio; um discurso histórico: 1891*. Rio de Janeiro: Reler, 2005.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio

Editora, 1979.

CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CANABRAVA, Alice. *A grande lavoura. História Econômica: estudos e perspectivas*. São Paulo: ABPHE-Hucitec-Ed. UNESP, 2005.

FRANCO, Gustavo. *Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana*. Rio de Janeiro: BNDES, 1983.

FRANCO, Gustavo; LAGO, Luiz. *A Economia da República Velha, 1889-1930*. Rio de Janeiro: Textos para discussão número 588, Departamento de Economia da PUC, 2011.

FRANKLIN, Benjamin. *Autobiografia. Clássicos da Democracia*. São Paulo: Editora Ibrasa, 1963.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, 1974. FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

HUME, David. Of interest. In: Miller, E. F. *Essays, moral, political and literary*. Indianapolis: Liberty Classics, 1952.

LECLERC, Max. *Lettres du Brésil*. Paris: Nourrit, 1890.

MALTHUS, Thomas Robert. *Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MEADOWS, Donella. *The limits to growth*. Nova Iorque: Universe Books, 1972.

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. *A Economia política das reformas econômicas da primeira década da república*. Porto Alegre: Análise Econômica, n. 39, p. 93-113, 2003.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia*. São Paulo: Atlas, 1994.

SCHUMPETER, Joseph. *História da análise econômica*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1954.

SLENES, Robert. O escravismo por um fio? In: Flávio dos Santos Gomes. *A Hidra e os Pântanos. Mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

SLIWIANY, Regina Maria. *Estatística social: como medir a qualidade de vida*. Curitiba: Araucária Cultural, 1987.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações, volume I*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SOUZA, Nali de Jesus. *Desenvolvimento econômico*. São Paulo: Atlas, 1993.

SPENKUCH, Jörg. *The Protestant Ethic and Work: Micro Evidence from Contemporary Germany*. Chicago: University of Chicago, 2010.

STEIN, Johan. *The Brazilian Cotton Manufacture 1850-1950*. Cambridge: Harvard University Press, 1957.

SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. *El sudesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*. México D.F.: Siglo XX Editores, 1988.

VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. *Fundamentos de economia*. São Paulo: Saraiva, 1998.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira Editora, 1987.

WILLIAMS, Eric. *Capitalism & Slavery*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1994.

Daniel Henrique Rocha de Sousa: Professor de Economia do IBMEC-RJ, onde atualmente é Coordenador dos Cursos de Extensão e Adjunto da Coordenação Geral da Pós-Graduação *lato sensu*.

Artigo recebido para publicação em: agosto de 2015

Artigo aprovado para publicação em: fevereiro de 2016

Como citar:

SOUSA, Daniel Henrique Rocha de. Monetaristas x papelistas: modelos econômicos importados e inaplicáveis ao Brasil da transição republicana. **Revista Transversos.** “Dossiê: Áfricas: História, Literatura e Pensamento Social”. Rio de Janeiro, Vol. 06, nº. 06, pp. 149-167, Ano 03. mar. 2016. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos> >. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2016.22083.

